



## PROGRAMA DO CONCURSO

---

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO  
CONTRA O CANCRO DO CATANHEIRO ATRAVÉS  
DA UTILIZAÇÃO DE ESTIRPES  
HOPOVIRULENTAS DE CRYPHONECTRIA  
PARASITICA

2023

## Índice

Artigo 1.º Objeto de Concurso.....	3
Artigo 2.º Entidade adjudicante .....	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar.....	3
Artigo 4.º Júri do procedimento .....	3
Artigo 5.º Consulta e fornecimento das peças do procedimento .....	4
Artigo 6.º Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do procedimento .....	4
Artigo 7.º Órgão competente para prestar esclarecimentos .....	5
Artigo 8.º Documentos que constituem as propostas.....	5
Artigo 9.º Idioma dos documentos da proposta .....	6
Artigo 10.º Apresentação de propostas variantes.....	6
Artigo 11.º Propostas de preço anormalmente baixo .....	6
Artigo 12.º Prazo e modo de apresentação das propostas .....	6
Artigo 13.º Admissão das propostas.....	7
Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas .....	8
Artigo 15.º Critério de adjudicação .....	8
Artigo 16.º Notificação da adjudicação e Documentos de Habilitação.....	11
Artigo 17.º Documentos de habilitação.....	11
Artigo 18.º Não apresentação dos Documentos de Habilitação.....	12
Artigo 19.º Prevalência.....	12
Artigo 20.º Caução .....	12
Artigo 21.º Recurso ao Ajuste Direto.....	12
Artigo 22.º Legislação aplicável .....	12
ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO.....	13
ANEXO III MODELO DA DECLARAÇÃO COM INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL.....	14

### **Artigo 1.º**

#### **Objeto de Concurso**

1. O concurso público n.º 11/CPIB/2023 tem por finalidade a celebração de contrato escrito para a prestação de **“Serviços de tratamento contra o Cancro do Castanheiro através da utilização de estirpes hipovirulentas de Cryphonectria parasitica”**, nos termos e de harmonia com as disposições do caderno de encargos e respetivos anexos.
2. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, enquadrando-se num procedimento por concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos e de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.
3. O vocabulário comum para os contratos públicos a que se refere o Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008 é 77231200-0 - Serviços de controlo de pragas florestais.

### **Artigo 2.º**

#### **Entidade adjudicante**

A entidade pública contratante é o Instituto Politécnico de Bragança, Pessoa Coletiva n.º 600013758, com sede no Campus de Santa Apolónia, 5300-253 BRAGANÇA - Telefone n.º. 273303200 – Fax 273325405, *e-mail*: [economato@ipb.pt](mailto:economato@ipb.pt), cujo horário de funcionamento é das 9.00 às 12.30 horas e das 14.00 às 17.30 horas, todos os dias úteis.

### **Artigo 3.º**

#### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Bragança, Sr. Professor Doutor Albano Agostinho Gomes Alves, nos termos da competência delegada no Despacho n.º 9333/2019, publicado no Diário da República – 2ª Série, n.º 198, de 15 de outubro de 2019.

### **Artigo 4.º**

#### **Júri do procedimento**

1. O concurso é conduzido por um júri, designado para o efeito de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, designado pelo órgão indicado na cláusula anterior, composto em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá e dois suplentes, exceto quando tenha sido apresentada uma única proposta.

**2.** Ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, é delegada no júri a competência para a prestação de esclarecimentos sobre as peças do procedimento, nos termos deste programa e do artigo 50.º do CCP.

### **Artigo 5.º**

#### **Consulta e fornecimento das peças do procedimento**

**1.** As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), disponibilizada pela empresa ACIN - Icloud Solutions, Lda., desde o dia da publicação do anúncio no JOUE e Diário da República.

**2.** O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento. O Interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta via plataforma.

**3.** Para ter acesso à plataforma da ACIN, deverá efetuar os seguintes passos:

**a.** Caso não esteja inscrito deverá aceder a "[www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)", seleccione "Aderir" e preencha os dados da empresa e do utilizador associado. Assinale a opção "Li e aceito as Condições Gerais de Adesão e a Política de privacidade". Ao formalizar a pré-inscrição receberá os emails necessários ao acesso à plataforma Acingov, no entanto só consegue consultar as peças do procedimento após validados os documentos de adesão da empresa, devidamente assinados pelos representantes legais. Mais informações poderão ser obtidas através do N.º 707 451 451.

**b.** Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o Programa do Concurso e o Caderno de Encargos estão disponíveis para consulta nos serviços da entidade adjudicante, no endereço mencionado no art.º 2º, para consulta aos interessados durante as horas de expediente (das 9.00 às 12.30 horas e das 14.00 às 17.30), desde o dia da publicação do anúncio, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 130º do CCP, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

### **Artigo 6.º**

#### **Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do procedimento**

**1.** No primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública. No mesmo prazo, os interessados devem apresentar à entidade adjudicante, através da plataforma AcinGov, uma Lista de Erros e Omissões do Caderno de Encargos", na qual identifiquem,

expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados e que digam respeito a:

- a)** Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b)** Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c)** Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;

**2.** O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.

**3.** O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, não sejam por ele expressamente aceites.

**4.** Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados que procederam ao levantamento do processo de concurso e publicitada na plataforma eletrónica de contratação pública, de acordo com o artigo n.º 50º do Código dos Contratos Públicos.

### **Artigo 7.º**

#### **Órgão competente para prestar esclarecimentos**

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri de Concurso.

### **Artigo 8.º**

#### **Documentos que constituem as propostas**

**1.** A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e indica as condições em que se propõe fazê-lo. Para o efeito, a proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a)** Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools>).
- b)** Memória descritiva e justificativa do modo de execução dos serviços, com especificação dos aspetos técnicos, expressando inequivocamente os que considera essenciais à validade da sua proposta, devendo descrever a lista completa dos equipamentos a afetar à prestação de serviços.

**c)** Documentos que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, tais como:

- i.** Proposta de preços em conformidade com o anexo III do presente programa;
- ii.** Identificação dos elementos da equipa a afetar, nos termos do Anexo IV;
- iii.** Documentos comprovativos das formações e habilitações de cada elemento da equipa.

**d)** No caso de agrupamento de concorrentes (seja de pessoas coletivas, seja de pessoas singulares) a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes ou, ainda, pelo representante comum, nos termos do número seguinte;

**e)** No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta pode ser acompanhada de instrumentos de mandato, emitido para cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do concurso;

**2.** Além dos documentos referidos no ponto anterior, a proposta pode conter quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis aos esclarecimentos dos atributos da proposta;

**3.** Os eventuais agrupamentos assumem a natureza de responsabilidade solidária;

**4.** Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

### **Artigo 9.º**

#### **Idioma dos documentos da proposta**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

### **Artigo 10.º**

#### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

### **Artigo 11.º**

#### **Propostas de preço anormalmente baixo**

Tendo em conta o peso relativo dos custos com o pessoal, para a prestação do serviço em causa, as propostas no valor de 30% ou mais inferior ao Preço Base, serão consideradas propostas de preço anormalmente baixo.

### **Artigo 12.º**

#### **Prazo e modo de apresentação das propostas**

**1.** As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até às 20:00 horas do **30.º dia** a contar da data de envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da

União Europeia, através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), disponibilizada pela empresa ACIN Icloud Solutions, Lda.

**2.** As propostas deverão ser apresentadas através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, diretamente na plataforma referida no ponto 1 (um), que emitirá aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo da receção de cada proposta com referência às respetivas data e hora de submissão.

**3.** A apresentação da proposta através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados descritos no número anterior deverá ser efetuada nos termos e condições previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

**4.** A proposta e os documentos que a constituem devem ser assinados pelo representante legal do concorrente ou por procurador, através do recurso a uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos dos n.ºs 2 a 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

**5.** No caso de o concorrente ser um agrupamento de empresas, a proposta deve ser assinada pelo representante comum ou, não existindo este, por todas as pessoas com poderes para obrigar todas as empresas que o compõem, nos mesmos termos indicados no número anterior.

**6.** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

**7.** Todos os documentos e informações exigidos por lei e/ou indicados neste programa de concurso, devem instruir a proposta sob pena de exclusão da mesma.

**8.** Os concorrentes deverão diligenciar em submeter a proposta e os documentos que a constituem atempadamente, para que a mesma seja rececionada antes do termo do prazo constante do n.º 1 da presente cláusula.

### **Artigo 13.º**

#### **Admissão das propostas**

São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a)** Que foram recebidas após o prazo fixado para a apresentação de propostas;
- b)** Que não apresentem algum dos documentos descritos no art.º 7.º do presente Programa, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
- c)** Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos;



- d)** A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- e)** Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenha sido considerado pelo Júri;
- f)** Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g)** A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.

#### **Artigo 14.º**

##### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **90 (noventa) dias** contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

#### **Artigo 15.º**

##### **Critério de adjudicação**

- 1.** A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade Multifator, correspondente da alínea a) do Art.º 74 do CCP, na qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores, e eventuais subfactores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.
- 2.** A adjudicação, implica a ponderação dos seguintes fatores e correspondentes ponderações:
  - A. Preço (P)**..... Ponderação 40%
  - B. Formação e Habilitações (F)**..... Ponderação 30%
  - C. Valia Técnica da Proposta (Q)**..... Ponderação 30%

A **Classificação final (CF)** de cada proposta será atribuída da seguinte forma:

$$CF = 0,40 \times P + 0,30 \times F + 0,30 \times Q$$

Em que:

P = Pontuação atribuída ao preço de cada proposta;

F = Pontuação atribuída ao fator Formação e Habilitações;

Q = Pontuação atribuída ao fator Valia Técnica da Proposta.



As classificações de cada um dos fatores antes enunciados serão obtidas através das seguintes formas de valoração:

### **A. Preço (P)**

Para adjudicação deste fator, a pontuação de cada proposta será calculada numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo atribuída a pontuação de 0 (zero) pontos a propostas correspondentes ao preço base (PB) estabelecido no caderno de encargos e sendo as restantes propostas pontuadas com o resultado da normalização do seu preço (PP) relativamente ao preço base do lote, de acordo com a aplicação da fórmula:

$$P = \frac{(PB - PP)}{PB} \times 100$$

Em que,

P = Pontuação Final do fator preço;

PB = Preço base;

PP = Preço da proposta em análise.

### **B. Formação e Habilitações (F)**

No fator Formação e Habilitações, com ponderação de 30%, avalia-se a adequação da Formação da equipa de coordenação e equipa técnica da entidade a contratar em matéria de Formação específica para aplicação da Luta Biológica por hipovirulência com estirpes hipovirulentas de *Cryphonectria parasitica* (CHV1), e habilitações na área das Ciências Agronómicas e/ou Florestais.

Para este fator obtém a classificação resultante da aplicação da fórmula infra:

$$F = 0,60 \times B1 + 0,40 \times B2$$

Em que:

**B1** - Formação específica para aplicação da Luta Biológica com estirpes hipovirulentas de *Cryphonectria parasitica*;

**B2** -Habilitações na área das Ciências Agronómicas e/ou Florestais.

**B1** - Para este subfactor, avaliar-se-á o n.º total de Horas de formação dos técnicos a afetar à prestação de serviços.

A pontuação será numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos a atribuir em função do somatório do n.º de Horas de formação de cada na área indicada:

40 horas ou mais	100 pontos
Até 5 horas	10 pontos

As pontuações dos valores dentro do intervalo serão obtidas através de interpolação linear.

**B2** - Para avaliação deste fator, avaliar-se-á as habilitações na área das Ciências Agronómicas e/ou Florestais dos elementos da equipa de Coordenação e da equipa técnica a afetar à prestação do serviço.

A pontuação será numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos a atribuir em função do n.º de elementos habilitados com o nível de Bacharelato, Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento na área indicada, sendo atribuídos 5 pontos por cada elemento detentor da habilitação.

### **C. VALIA TÉCNICA DA PROPOSTA (Q)**

A avaliação das propostas em termos do presente fator, com ponderação de 30%, será efetuada tendo em consideração os descritivos técnicos relativos aos Documentos da Proposta referidos na alínea a) e ponto ii c) do nº1 do Art 8º do presente Programa de Concurso.

Será atribuída uma pontuação, numa escala de valor igual ou inferior a 100, de acordo com a seguinte tabela:

Proposta de muito boa qualidade, com muito bom nível de detalhe dos trabalhos previstos no Caderno de Encargos, com elevada experiência demonstrada pelo concorrente na aplicação da luta biológica no tratamento do cancro do castanheiro, estando em condições de cumprir as exigências e procedimentos definidos pela Entidade Reguladora Nacional (DGAV) e com aplicadores da estirpe CHV1 devidamente habilitados nos termos da Lei n.º 26/2013.	100
Proposta de boa qualidade, com um bom nível de detalhe dos trabalhos previstos no Caderno de Encargos, com experiência demonstrada pelo concorrente na aplicação da luta biológica no tratamento do cancro do castanheiro, estando em condições de cumprir as exigências e procedimentos definidos pela Entidade Reguladora Nacional (DGAV), mas sem identificar os aplicadores da estirpe CHV1 devidamente habilitados nos termos da Lei n.º 26/2013.	80
Proposta de qualidade satisfatória, com razoável nível de detalhe dos trabalhos previstos no Caderno de Encargos, com fraca experiência demonstrada pelo	60

concorrente na aplicação da luta biológica no tratamento do cancro do castanheiro, estando em condições de cumprir as exigências e procedimentos definidos pela Entidade Reguladora Nacional (DGAV) mas indicando os aplicadores da estirpe CHV1 devidamente habilitados nos termos da Lei n.º 26/2013.	
Proposta de qualidade fraca com um nível de detalhe mediano dos trabalhos previstos no Caderno de Encargos, sem experiência demonstrada pelo concorrente na aplicação da luta biológica no tratamento do cancro do castanheiro, sem garantia de estar em condições de cumprir as exigências e procedimentos definidos pela Entidade Reguladora Nacional (DGAV), sem identificação dos aplicadores da estirpe CHV1 devidamente habilitados nos termos da Lei n.º 26/2013.	30
Proposta sem qualidade que não evidencia qualquer detalhe dos trabalhos previstos no Caderno de Encargos, no que se refere aos aspetos do fator em apreciação	0

No caso de se verificar um empate na **Classificação Final (CF)**, para o desempate serão tidas em consideração as seguintes componentes individuais dos serviços submetidos à concorrência, pela seguinte ordem:

- 1-** Proposta com menor valor unitário dos serviços incluídos no Caderno de Encargos;
- 2-** Proposta com maior pontuação no fator Valia Técnica Da Proposta;
- 3-** Proposta com maior pontuação no subfactor Formação específica para aplicação da Luta Biológica por hipovirulência com estirpes hipovirulentas de *Cryphonectria parasitica* (B1);
- 4-** Se, mesmo assim, o empate persistir, o desempate será efetuado através de sorteio, em ato público, sendo convocados os concorrentes mediante notificação efetuada através da Plataforma Eletrónica ACINGOV com a antecedência mínima de 2 dias. O Júri elaborará a respetiva ata que documentará os trabalhos realizados e os resultados do sorteio, a qual se juntará ao processo e será divulgada a todos os concorrentes.

#### **Artigo 16.º**

##### **Notificação da adjudicação e Documentos de Habilitação**

- 1.** A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas.
- 2.** Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação

#### **Artigo 17.º**

##### **Documentos de habilitação**

- 1.** O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no n.º 1, do artigo 81.º do CCP, na sua redação atual, e no artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, através de plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante. No caso

de esta se encontrar indisponível os referidos documentos devem ser enviados para o endereço de correio eletrónico a seguir indicado: [economato@ipb.pt](mailto:economato@ipb.pt).

**2.** Os documentos devem ser apresentados pelo adjudicatário no prazo de **5 (cinco) dias** após a receção da respetiva notificação, através da plataforma eletrónica de contratação pública.

**3.** O Adjudicatário dispõe do prazo de **5 (cinco) dias** para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, na sua redação atual.

### **Artigo 18.º**

#### **Não apresentação dos Documentos de Habilitação**

A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a)** No prazo fixado no presente programa do procedimento; ou
- b)** Redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos noutra língua.

### **Artigo 19.º**

#### **Prevalência**

Nos termos do artigo 51.º do CCP as normas constantes do mesmo código prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

### **Artigo 20.º**

#### **Caução**

- 1.** Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP, não é exigida caução.
- 2.** A entidade adjudicante pode, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10 % do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos no N.º 3 do artigo 88.º do CCP.

### **Artigo 21.º**

#### **Recurso ao Ajuste Direto**

A Entidade Adjudicante poderá recorrer ao procedimento por ajuste direto, ao abrigo do disposto no artigo 27.º, n.º 1, alínea a) do CCP, caso venha a ser adjudicatário em novos procedimentos contratuais, que consistam na repetição de serviços similares.

### **Artigo 22.º**

#### **Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovadas pelo D.L. 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do serviço a contratar.

## **ANEXO II**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

### **ANEXO III**

#### **MODELO DA DECLARAÇÃO COM INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL**

\_\_\_\_\_ (indicar nome ou denominação social, estado, profissão ou objeto social, morada ou sede), pessoa coletiva n.º \_\_\_\_\_, depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por concurso público n.º 11/CPIB/2023, para **“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO CONTRA O CANCRO DO CASTANHEIRO ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE ESTIRPES HOPOVIRULENTAS DE CRYPHONECTRIA PARASITICA”**, a que se refere o anúncio de procedimento n.º \_\_\_\_\_ datado de \_\_/\_\_/2023, obriga-se a celebrar e executar o contrato em conformidade com o respetivo Caderno de Encargos, pelo preço de Euros \_\_\_\_\_, (numerário e extenso) por cada árvore tratada, correspondendo a Euros \_\_\_\_\_, (numerário e extenso) para as 45783 árvores, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renúncia a qualquer foro especial, e se submete, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro do Tribunal da Comarca de Bragança, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data...

Assinatura...